

PORTARIA N°253 DE 18 DE MARÇO DE 2021

Outorga de direito de uso dos Recursos Hídricos a Ricardo Magnani, para captação de água no Córrego Buriti.

O Secretário Adjunto de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos, VALMI SIMAO DE LIMA, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria no 34 de 23 de janeiro de 2018, e

Considerando os Termos da Lei Estadual n° 11.088 de 09 de março de 2020, que dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos;

Considerando o Decreto n° 784, de 18 de janeiro de 2021, que dispõe sobre as infrações das normas de utilização dos recursos hídricos e suas sanções administrativas.

Considerando o Decreto n° 336, de 06 de junho de 2007, que regulamenta o regime de outorga de águas no Estado de Mato Grosso;

Considerando a Resolução CEHIDRO n° 27, de 09 de julho de 2009, que estabelece critérios para emissão de outorga superficial de rios de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando a Instrução Normativa n° 05, de 22 de agosto de 2017, que dispõe sobre os procedimentos a serem adotados para os processos de outorga de uso de Recursos Hídricos de água de domínio do Estado de Mato Grosso;

Considerando o Parecer Técnico N° 4076/GOUT/CCRH/SURH/2021, de 15 de março de 2021, acostado às fls. 43/44/45/46 f/v, do processo SAD N° 389812/2020.

**RESOLVE:**

**Art. 1°** Outorga a RICARDO MAGNANI CPF: 019.796.488-59, o direito de recursos hídricos para captação no córrego Buriti, no município de Denise/MT, Bacia hidrográfica do Paraguai, Unidade de Planejamento e Gerenciamento P- 3 Alto Rio Paraguai, com as seguintes características:

- I. Coordenada geográfica da captação (área irrigada de 22 ha): 14°47'05,8 S de Latitude Sul e 57°05'08,8"W de Longitude Oeste; e vazão máxima de captação de 88,7 m<sup>3</sup>/h (0,0256 m<sup>3</sup>/s ou 24,6 L/s), no córrego Buriti, variando as horas e os dias, conforme consta na tabela de vazões solicitadas para a irrigação;
- II. O Outorgado deverá implantar e manter em funcionamento, no sistema de captação, equipamento de medição para monitoramento contínuo das vazões captadas. O equipamento deverá estar instalado para a operação do sistema de irrigação;
- III. O Outorgada deverá encaminhar anualmente à Coordenadoria de Controle de Recursos Hídricos da SEMA/MT o relatório das medições

das vazões captadas até 90 dias do início do ano subsequente ao ano do monitoramento;

**Art. 2º** A outorga objeto desta Portaria, vigorará até **14 de março de 2031**, podendo ser suspensa parcial ou totalmente, em definitivo ou por prazo determinado, além de outras situações previstas na legislação pertinente, nos seguintes casos:

- I. descumprimento das condições estabelecidas no art. 1º desta Portaria;
- II. conflito com normas posteriores sobre prioridade de usos de recursos hídricos;
- III. incidência no art. 18 e incisos I e II do art. 12 do Decreto nº 336, de 6 de junho de 2007;
- IV. indeferimento ou cassação de licença ambiental.

**Parágrafo único.** Para minimizar os efeitos de secas, o uso outorgado poderá ser racionado, conforme previsto no art. 20 e seus parágrafos, do Decreto nº 336, de 06 de junho de 2007.

**Art. 3º** Conforme o Artigo 12 no parágrafo I e II do Decreto 336 de 06/06/2007, o outorgado terá até 02 (dois) anos, para o início da implantação do empreendimento objeto da outorga; e até 06 (seis) anos, para conclusão da implantação do empreendimento projetado.

**Art. 4º** Esta outorga poderá ser revista, além de outras situações previstas na legislação pertinente:

- I. quando os estudos de planejamento regional de utilização dos recursos hídricos indicarem a necessidade de revisão das outorgas emitidas; e
- II. quando for necessária a adequação dos planos de recursos hídricos e a execução de ações para garantir a prioridade de uso dos Recursos Hídricos.

**Art. 5º** O outorgado responderá civil, penal e administrativamente, por danos causados à vida, à saúde, ao meio ambiente e pelo uso inadequado que vier a fazer de presente outorga.

**Art. 6º** Esta Portaria não dispensa nem substitui a obtenção, pela Outorgado, de certidões, alvarás ou licenças de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal.

**Art. 7º** Esta outorga poderá ser renovada mediante apresentação de requerimento à SEMA/MT, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término de sua validade.

**Art. 8º** O uso dos recursos hídricos, objeto desta outorga, poderá estar sujeito à cobrança, nos termos da Lei Estadual nº 11.088, de 09 de março de 2020.

**Art. 9º** O outorgado se sujeita a fiscalização da SEMA/MT, por intermédio de seus agentes ou prepostos indicados, devendo franquear-lhes o acesso ao empreendimento e à documentação relativa à outorga emitida por meio desta Portaria.

Art. 10 Fica revogada a Portaria SEMA nº 184 de 08 de março de 2017, publicada no diário Oficial do Estado de Mato Grosso edição nº 26978, pagina nº 69 de 13 de março de 2017.

Art. 11º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá/MT, 18 de março de 2021.

REGISTRADA,  
PUBLICADA,  
CUMpra-SE.

VALMISIMÃO DE LIMA  
Secretário Adjunto de Licenciamento Ambiental e Recursos Hídricos  
GSALARH/SEMA-MT

ANEXO

Captação nº 2 - Córrego Buriti - DATUM: SIRGAS2000 - W: 57:05:08,8 - S:  
14:47:05,8

Mês	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Vazão (m³/s)	0,0246	0,024 6	0,0246	0,024 6	0,024 6	0,024 6	0,024 6	0,024 6	0,024 6	0,024 6	0,024 6	0,024 6
Tempo (h/dia)	8	8	8	8	8	9	9	9	8	8	8	8
Período (dias/mês)	15	15	15	30	31	30	31	31	30	30	15	15